

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	41
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	45
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	251.285
Preferenciais	0
Total	251.285
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	896.000	843.782
1.01	Ativo Circulante	128.990	53.895
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.195	16.976
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.195	16.976
1.01.02	Aplicações Financeiras	12.637	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	12.637	0
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	12.637	0
1.01.03	Contas a Receber	9.467	7.847
1.01.03.01	Clientes	9.467	7.847
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	9.467	7.847
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.846	1.533
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.846	1.533
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição Social	1.737	1.368
1.01.06.01.02	Outros impostos a recuperar	109	165
1.01.07	Despesas Antecipadas	482	310
1.01.07.01	Despesas pagas antecipadamente	482	310
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	96.363	27.229
1.01.08.03	Outros	96.363	27.229
1.01.08.03.01	Contas bancárias vinculadas	0	3.967
1.01.08.03.02	Ativo de concessão	95.424	23.024
1.01.08.03.03	Outros créditos	939	238
1.02	Ativo Não Circulante	767.010	789.887
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	767.010	789.887
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	23.079	19.595
1.02.01.03.01	Fundos vinculados - caixa restrito	23.079	19.595
1.02.01.05	Estoques	0	1.804
1.02.01.05.01	Estoque - almoxarifado	0	1.804
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	743.931	768.488
1.02.01.10.03	Ativo de concessão	741.769	768.488
1.02.01.10.04	Outros créditos	2.162	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	896.000	843.782
2.01	Passivo Circulante	44.233	39.192
2.01.02	Fornecedores	124	1.234
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	124	1.234
2.01.02.01.01	Fornecedores	124	1.234
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.450	778
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.450	778
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	875	0
2.01.03.01.03	Outras obrigações fiscais	748	778
2.01.03.01.04	PIS e COFINS diferidos	8.827	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	30.094	26.802
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	20.233	26.802
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	20.233	26.802
2.01.04.02	Debêntures	9.861	0
2.01.05	Outras Obrigações	3.565	10.378
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	405	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	405	0
2.01.05.02	Outros	3.160	10.378
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	9.542
2.01.05.02.04	Obrigações regulatórias	842	609
2.01.05.02.05	Outras passivos	2.318	227
2.02	Passivo Não Circulante	477.702	491.076
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	333.676	353.835
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	255.519	353.835
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	255.519	353.835
2.02.01.02	Debêntures	78.157	0
2.02.03	Tributos Diferidos	144.026	137.241
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	144.026	137.241
2.02.03.01.01	Imposto de renda e contribuição social diferido	75.412	64.026
2.02.03.01.02	PIS e COFINS diferido	68.614	73.215
2.03	Patrimônio Líquido	374.065	313.514
2.03.01	Capital Social Realizado	251.285	225.501
2.03.01.01	Capital Social	251.285	225.501
2.03.04	Reservas de Lucros	122.780	88.013

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	122.988	95.992
3.01.01	Receita operacional líquida	122.988	95.992
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-26.157	-6.583
3.02.01	Custo de operação e manutenção	-6.337	-6.583
3.02.02	Custo de construção	-19.820	0
3.03	Resultado Bruto	96.831	89.409
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.652	-1.974
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.652	-1.974
3.04.02.01	Despesas operacionais gerais e administrativas	-2.652	-1.974
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	94.179	87.435
3.06	Resultado Financeiro	-30.908	-33.161
3.06.01	Receitas Financeiras	4.544	1.266
3.06.01.01	Receitas financeiras	4.544	1.266
3.06.02	Despesas Financeiras	-35.452	-34.427
3.06.02.01	Despesas financeiras	-35.452	-34.427
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	63.271	54.274
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12.260	-12.583
3.08.01	Corrente	-874	-368
3.08.02	Diferido	-11.386	-12.215
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	51.011	41.691
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	51.011	41.691
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,22	0,18
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,22	0,18

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	51.011	41.691
4.03	Resultado Abrangente do Período	51.011	41.691

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	52.939	65.129
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-24.984	-4.525
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	51.011	54.274
6.01.01.02	Receita de construção	-22.036	0
6.01.01.03	Remuneração do ativo de concessão	-89.914	-85.234
6.01.01.04	Receita de operação e manutenção	-9.871	-9.337
6.01.01.05	PIS e COFINS diferido	4.225	2.189
6.01.01.06	Juros apropriados sobre financiamentos e debêntures	34.759	33.906
6.01.01.07	Provisões	0	242
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.386	0
6.01.01.10	Rendimento aplicação financeira - TVM	-4.544	-565
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	77.923	70.173
6.01.02.01	Ativo de concessão	78.623	70.912
6.01.02.02	Contas a receber de clientes	-1.620	-886
6.01.02.03	Partes relacionadas	405	-268
6.01.02.04	Outros créditos	-2.864	711
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-171	24
6.01.02.07	Fornecedores	-1.110	-248
6.01.02.08	Outras obrigações fiscais	-30	-19
6.01.02.10	Taxas regulamentares	233	-555
6.01.02.11	Outras obrigações	2.091	227
6.01.02.12	Estoque - almoxarifado	1.804	-1.123
6.01.02.13	Imposto de renda a recuperar	1.368	1.412
6.01.02.14	Outros impostos a recuperar	-1.681	-14
6.01.02.15	Imposto de renda e contribuição social	875	0
6.01.03	Outros	0	-519
6.01.03.01	Contribuição social paga	0	-519
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	18.763	0
6.02.01	Aplicação em Títulos e valores mobiliários	18.763	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-67.488	-55.714
6.03.02	Pagamentos de principal de financiamento e debêntures	-23.839	-20.922
6.03.03	Pagamentos de juros de financiamento e debêntures	-27.787	-25.401
6.03.04	Contas bancárias vinculadas	0	2.408
6.03.05	Aplicação financeira vinculada	1.060	-5.880
6.03.06	Dividendos pagos	0	-1.823
6.03.07	Juros sobre capital próprio pagos	-16.922	-4.096
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	4.214	9.415
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.981	7.561
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.195	16.976

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	225.501	0	88.013	0	0	313.514
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	225.501	0	88.013	0	0	313.514
5.04	Transações de Capital com os Sócios	25.784	0	678	-16.922	0	9.541
5.04.01	Aumentos de Capital	25.784	0	0	0	0	25.785
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-16.922	0	-16.922
5.04.10	Reversão de dividendos de ano anterior	0	0	678	0	0	678
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	51.011	0	51.010
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	51.011	0	51.010
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	34.089	-34.089	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	34.089	-34.089	0	0
5.07	Saldos Finais	251.285	0	122.780	0	0	374.065

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	225.501	0	54.630	0	0	280.131
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	225.501	0	54.630	0	0	280.131
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	1.234	-9.542	0	-8.308
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.823	0	0	-1.823
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-4.096	0	0	-4.096
5.04.08	Juros sobre Capital Próprio a pagar	0	0	0	-8.864	0	-8.864
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-678	0	-678
5.04.10	Reversão de dividendos de ano anterior	0	0	7.153	0	0	7.153
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	41.691	0	41.691
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	41.691	0	41.691
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	32.149	-32.149	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	2.085	-2.085	0	0
5.06.05	Reserva de incentivo fiscal	0	0	1.439	-1.439	0	0
5.06.06	Reserva de Lucros a realizar	0	0	28.625	-28.625	0	0
5.07	Saldos Finais	225.501	0	88.013	0	0	313.514

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	136.840	106.909
7.01.02	Outras Receitas	136.840	106.909
7.01.02.01	Remuneração do ativo de concessão	89.914	85.234
7.01.02.02	Receita de operação e manutenção	9.871	9.337
7.01.02.03	Receita de construção	22.036	0
7.01.02.04	Outras receitas	15.019	12.338
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-28.627	-8.557
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-28.627	-8.557
7.03	Valor Adicionado Bruto	108.213	98.352
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	108.213	98.352
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.544	1.266
7.06.02	Receitas Financeiras	4.544	1.266
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	112.757	99.618
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	112.757	99.618
7.08.01	Pessoal	177	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	183	0
7.08.01.02	Benefícios	19	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	-25	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	26.810	23.500
7.08.02.01	Federais	26.810	23.500
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	34.759	34.427
7.08.03.01	Juros	34.759	34.427
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	51.011	41.691
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	28.666	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	22.345	41.691

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**ARGO V TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.****COMENTÁRIO DE DESEMPENHO**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Administração da Argo V Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Argo V"), submete à apreciação de V. Sas. o seu Relatório da Administração e as Informações Financeiras Intermediárias com o relatório dos Auditores Independentes referente ao período findo em 31 de dezembro de 2022. As Demonstrações Financeiras Individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nas regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia iniciou suas atividades em 2022 e tem como missão desenvolver o setor elétrico, respeitando o interesse de todos os envolvidos, atuando de forma ética, eficiente e disciplinada.

Ao apresentar os resultados do período findo em 31 de dezembro de 2022, demonstramos nossa intenção de ser uma Companhia arrojada e sempre na busca do equilíbrio entre disciplina financeira, responsabilidade ambiental e progresso social, através de desenvolvimento econômico.

A COMPANHIA

A Argo V Transmissão de Energia S.A. ("Argo V ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, categoria B, constituída em 12 de maio de 2014 e domiciliada à Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP.

Em 29 de julho de 2022, a Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento., para a aquisição de 100% das ações da Odox Transmissora de Energia S.A., antiga denominação social da Argo V. Em 30 de novembro de 2022 a controladora Argeb Empreendimentos e Participações S.A. assume o controle da referida e altera sua sede para a Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante a implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, vinculada ao MME - Ministério de Minas e Energia.

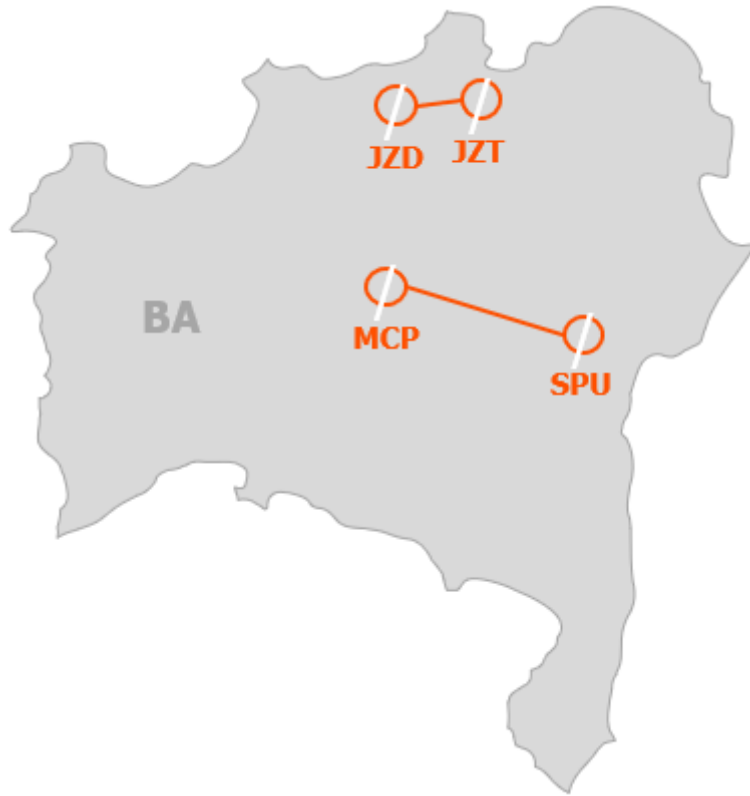
De forma integral, seu capital pertence à Argeb Empreendimentos e Participações S.A.

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/2014 - ANEEL, datado de 5 de setembro 2014, foi outorgada à Argo V a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- Subestação 500/230 kV Juazeiro da Bahia III;
- Subestação 230/69 kV Juazeiro da Bahia III (novo pátio 69 kV);
- Seccionamento LT 500 kV Sobradinho - Luiz Gonzaga na SE Juazeiro da Bahia III;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Subestação 500/230 kV Morro do Chapéu II (novo pátio 500 kV); (6+1 Res) x 300MVA e Compensador Estático (-100/+200) Mvar;
- LT 230 kV Juazeiro da Bahia III - Juazeiro da Bahia II, 4,5 km;
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, 300 km;
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, SE Morro do Chapéu 11 500/230kV - (6+1R) x 300 MVA e Compensador Estático 500kV (-100/+200) Mvar.



A Receita Anual Permitida (RAP) do contrato de Concessão, foi determinada em aproximadamente R\$ 63.359 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 100.904 (valor para o ciclo 2022-2023) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo V.

Devido a necessidade de expansão do sistema de transmissão, a ANEEL através das Resoluções Autorizativas: 10.760 e 10.089/2021, autorizou a implementação de reforços com a instalação do 2º reator de barras na SE Juazeiro III e do 3º transformador de força na SE Morro do Chapéu, com término da obra previsto para junho de 2023.

Reforços aprovados através das seguintes Resoluções Autorizativas ANEEL:

- REA nº 10.799/2022 – Aprovado em 3 de maio de 2022.

Instalação de um Banco de Transformadores de 500/230KV e suas respectivas conexões na SE Morro do Chapéu II, com investimento previsto de 76,8 e RAP de 9,4.

- REA nº 10.089/2021 – Aprovada em 25 de maio de 2021.

Instalação de um banco de Reatores de barra 500KV e suas respectivas conexões na SE Juazeiro III, com investimento previsto de 27,4 e RAP de 3,8.

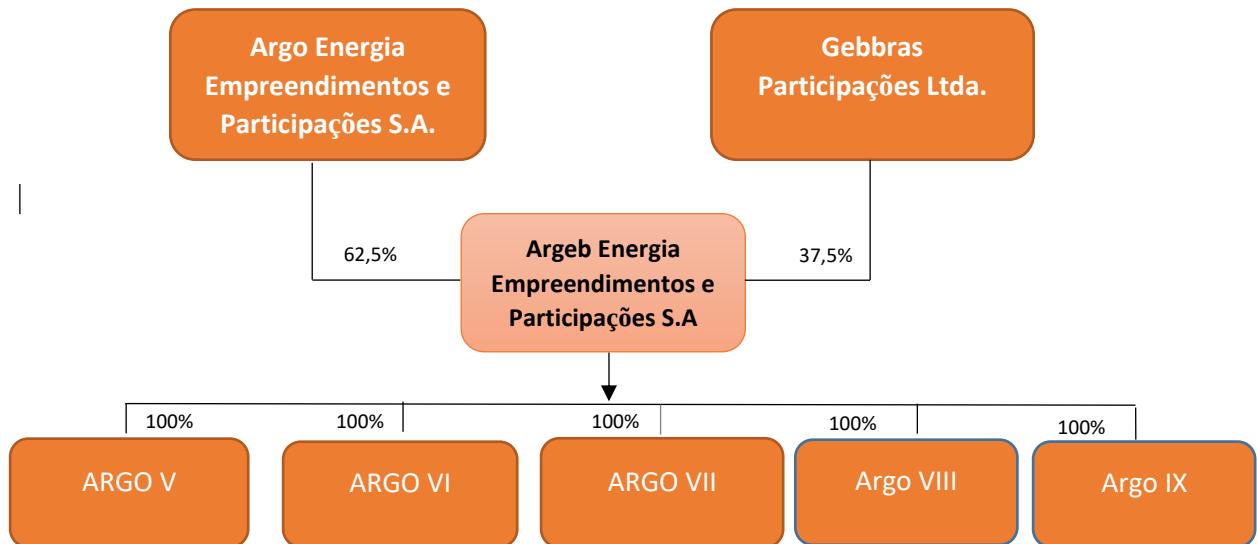
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CCT nº 001/2017 – instalação de um módulo de entrada de linha 69KV na SE Juazeiro, com investimento previsto de 10,3 milhões e RAP de 567.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Conforme Fato Relevante de 30 de novembro de 2022, a Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A passou a ser detentor a totalidade das ações ordinárias da Companhia.

Abaixo o organograma do Grupo Argeb Energia em 31 de dezembro de 2022:



GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Argeb adota diretrizes claras de governança corporativa baseadas em seu compromisso com a ética empresarial e a transparência em todas as áreas de atuação, através do estabelecimento de um conjunto de princípios e normas destinadas a assegurar um comportamento ético e responsável pelo seu grupo de colaboradores.

Estrutura de Governança

A estrutura de governança da Argeb é composta por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, que funcionam em conformidade com o Estatuto Social, além das diretrizes estabelecidas no Código de Ética e Conduta e nas políticas de gestão.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Argeb Energia é o órgão da administração responsável pela determinação das diretrizes estratégicas da Companhia, observando a missão, a visão e os princípios corporativos. Seu funcionamento é regulamentado pelo Estatuto Social. Conforme o Estatuto Social, o Conselho será composto por até 6 (seis) membros e seus respectivos suplentes.

Sempre que necessário, o Conselho de Administração se reúne para discutir e avaliar aspectos econômicos, sociais e ambientais que tenham impactos sobre os negócios e a gestão da Argo Energia.

Diretoria Executiva

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Diretoria da Argeb Energia é responsável pela execução do planejamento estratégico e das diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, conduzindo os negócios da companhia de acordo com seus princípios e valores.

Ética e Conduta

A Argeb tem a sua atuação marcada pelos mais elevados padrões de ética e conduta – acreditamos que este é um princípio fundamental para a perenidade de nossos negócios. A Companhia possui um código de ética que deve ser rigorosamente cumprido por todos os seus colaboradores e fornecedores. Conduzimos treinamentos periódicos com todos os nossos colaboradores e principais fornecedores, de maneira a difundir e implementar uma cultura de excelência na aplicação das melhores práticas de ética e *compliance*.

A Companhia disponibiliza os seguintes canais de denúncia para que seus colaboradores e público em geral possam manifestar eventuais situações de não-conformidade com seus princípios éticos:

- Por telefone: 0800 377 8038
- Canal de Denúncia: www.canaldeetica.com.br/argoenergia
- Por e-mail: etica@argoenergia.com.br

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As informações financeiras anuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições societárias, os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO				
	31/12/2022	AV%	31/12/2021	AV%
Receita operacional líquida	122.988	100%	95.992	100%
Custo dos bens construídos e serviços prestados	(26.157)	-21%	(6.583)	-5%
Lucro bruto	96.831	97%	89.409	97%
Gerais, administrativas e outros	(2.652)	-2%	(1.974)	-2%
EBIT	94.179	93%	87.435	93%
Resultado financeiro	(30.908)	-25%	(33.161)	-27%
Imposto de renda e contribuição social	(12.259)	-10%	(12.583)	-10%
Lucro do período	51.012	59%	41.691	44%
Lucro por ação – R\$ (básico)	0,203		0,185	
Lucro por ação – R\$ (diluído)	0,203		0,185	

Lucro bruto

O lucro bruto consolidado, em 31 de dezembro de 2022, apresentou R\$ 96.831 (R\$ 89.409 em 31 de dezembro de 2021) e é composto pela receita operacional líquida, sendo: receita de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

remuneração do ativo de contrato no valor de R\$ 89.914 (R\$ 85.234 em 31 de dezembro de 2021); receita de construção, no valor de R\$ 22.036 (R\$ 0, em dezembro de 2021); receita de operação e manutenção, no valor de R\$ 9.871 (R\$ 9.337 em 31 de dezembro de 2021); outras receitas IFRS de R\$ 15.019 (R\$ 12.338 de dezembro de 2021) e pelo saldo constituído no período de PIS e COFINS e encargos regulatórios no montante de R\$ 13.751 (R\$ 10.917 em 31 de dezembro de 2021), deduzida pelos custos de operação e manutenção de R\$ 6.337 (R\$ 6.583 em 31 de dezembro de 2021) e custos de construção de R\$ 19.820 (R\$ 0, em dezembro de 2021).

Despesas operacionais

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 2.652 (R\$ 1.974 em 31 de dezembro de 2021).

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Companhia foi negativo em R\$ 30.908 (R\$ 33.161 em 31 de dezembro de 2021), e totalizou despesas no montante de R\$ 35.452 e (R\$ 34.427 em 31 de dezembro de 2021), refere-se principalmente pelas despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos, e receitas financeiras oriundas de aplicações financeiras no montante de R\$ R\$ 4.544 (R\$ 1.266 em 31 de dezembro de 2021) ;

Resultado do período

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 51.012 no período de 31 de dezembro de 2022 e (R\$ 41.691 em 31 de dezembro de 2021).

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Meio Ambiente e Responsabilidade Social

A Companhia tem forte preocupação com relação aos impactos que suas atividades podem gerar à sociedade. Por isso, estamos sempre atentos aos interesses públicos, buscando, em nossa atuação um comportamento respeitoso e uma atitude de diálogo com a sociedade, especialmente com as comunidades do entorno de nossos projetos, buscando também prevenir possíveis situações de conflito e risco.

A Argeb cumpre a legislação vigente em todas as suas atividades e preocupa-se com o desenvolvimento sustentável do seu negócio. As atividades da Argo incorporam o componente socioambiental nas fases de planejamento, construção e operação dos projetos de transmissão de energia, buscando contribuir para o desenvolvimento do setor elétrico e respeitando os interesses dos envolvidos. Todas as atividades da Argo são precedidas das licenças ambientais aplicáveis. Exigimos o mesmo padrão para nossos fornecedores e prestadores de serviço.

A estrutura de meio ambiente e responsabilidade social engloba as atividades de:

(i) Mapeamento e Avaliação de Riscos e Impactos Socioambientais nas fases de: avaliação de novos negócios, pré-investimento, estudos ambientais para o licenciamento ambiental, implantação das obras e O&M;

(ii) Seleção e contratação de fornecedores qualificados;

(iii) Mapeamento e engajamento prévio de *stakeholders*, incluindo comunidades e órgãos licenciadores e regulatórios;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(iv) Incorporação das restrições, desafios e impactos ambientais ao longo do ciclo de vida dos projetos;

(v) Implantação responsável de programas socioambientais;

(vi) Relatórios periódicos de gestão aos principais *stakeholders*.

O licenciamento ambiental deste projeto é conduzido pelo IBAMA, em Brasília, por meio do rito ordinário com EIA/RIMA. Este projeto possui interface com 5 órgãos intervenientes: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Fundação Cultural Palmares (FCP), Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA-MA).

AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que desde a contratação da KPMG Auditores Independentes foram prestados pela mesma apenas serviços de auditoria externa.

Notas Explicativas*Argo V Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022***Notas explicativas às demonstrações financeiras***(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)***1 Informações gerais**

A Argo V Transmissão de Energia S.A. (“Argo V” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituída em 12 de maio de 2014 e domiciliada à Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP.

Em 29 de julho de 2022, a Argeb Empreendimentos e Participações S.A. assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento., para a aquisição de 100% das ações da Odoys Transmissora de Energia S.A., antiga denominação social da Argo V. Em 30 de novembro de 2022 a controladora Argeb Empreendimentos e Participações S.A. assumiu o controle da Companhia e alterou a sua sede para a Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante a implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, vinculada ao MME - Ministério de Minas e Energia.

De forma integral, seu capital pertence à Argeb Empreendimentos e Participações S.A.

Em dezembro de 2021 a Argo V solicitou junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM o registro tipo categoria B, sendo a pedido aprovado em 21 de março de 2022.

1.1. Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/2014 - ANEEL, datado de 5 de setembro 2014, foi outorgada à Argo V a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- Subestação 500/230 kV Juazeiro da Bahia III;
- Subestação 230/69 kV Juazeiro da Bahia III (novo pátio 69 kV);
- Seccionamento LT 500 kV Sobradinho - Luiz Gonzaga na SE Juazeiro da Bahia III;
- Subestação 500/230 kV Morro do Chapéu II (novo pátio 500 kV); (6+1 Res) x 300MVA e Compensador Estático (-100/+200) Mvar;
- LT 230 kV Juazeiro da Bahia III - Juazeiro da Bahia II, 4,5 km;
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, 300 km;
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, SE Morro do Chapéu 11 500/230kV - (6+1R) x 300 MVA e Compensador Estático 500kV (-100/+200) Mvar.

Notas Explicativas*Argo V Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

Em 25 de julho de 2019, conforme Carta ONS - 0502 - DTA - 2019 foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico o Termo de Liberação Definitivo (TLD) da Transmissora Odoyá.

Em 30 de Novembro de 2022, a Argo V teve suas ações transferidas para a ARGEB e na mesma data houve a alteração da razão social para Argo V Transmissora de Energia S.A., com sede na cidade de São Paulo. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022.

A Receita Anual Permitida (RAP) do contrato de Concessão, foi determinada em aproximadamente R\$ 63.359 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 100.904 (valor para o ciclo 2022-2023) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo V.

Devido a necessidade de expansão do sistema de transmissão, a ANEEL através das Resoluções Autorizativas: 10.760 e 10.089/2021, autorizou a implementação de reforços com a instalação do 2º reator de barras na SE Juazeiro III e do 3º transformador de força na SE Morro do Chapéu, com término da obra previsto para junho de 2023.

Reforços aprovados através das seguintes Resoluções Autorizativas ANEEL:

- REA nº 10.799/2022 – Aprovado em 3 de maio de 2022.

Instalação de um Banco de Transformadores de 500/230KV e suas respectivas conexões na SE Morro do Chapéu II, com investimento previsto de R\$ 76,8 milhões e RAP de R\$ 9,4 milhões.

- REA nº 10.089/2021 – Aprovada em 25 de maio de 2021.

Instalação de um banco de Reatores de barra 500KV e suas respectivas conexões na SE Juazeiro III, com investimento previsto de R\$ 27,4 milhões e RAP de R\$ 3,8 milhões.

CCT nº 001/2017 – instalação de um módulo de entrada de linha 69KV na SE Juazeiro, com investimento previsto de R\$ 10,3 milhões e RAP de R\$ 567.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro “IFRS – International Financial Reporting Standards”, emitidas pelo “IASB – International Accounting Standards Board”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as orientações e interpretações dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Notas Explicativas*Argo V Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

A emissão das demonstrações financeira foi aprovada e autorizada pela diretoria em 1 de março de 2023. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e julgamentos relevantes são:

- (a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; e (ii) operação e manutenção, da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 28 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas na

Notas Explicativas

Argo V Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 23).

3 Principais políticas contábeis

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente

Notas Explicativas*Argo V Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(iii) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado

Notas Explicativas*Argo V Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado

3.3 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Benefício fiscal - Lucro da exploração

Devido ao fato de sua linha de transmissão e consequentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDENE; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

Notas Explicativas

Argo V Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

3.4 Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.5 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza da Companhia e sua distribuição durante determinado período, conforme requerido pela legislação societária brasileira, é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS's. Sua elaboração foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Essa demonstração reflete em sua primeira parte:

- (a) A riqueza auferida pela Companhia, representada por suas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável);
- (b) Os insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos);
- (c) O valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas);

E a segunda parte da DVA reflete:

- (d) A distribuição da riqueza entre os grupos: pessoal; impostos; taxas e contribuições; remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.6 Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com a deliberação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.7 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico e diluído por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

Notas Explicativas*Argo V Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022***3.8 Reconhecimento e mensuração de receita e do Ativo de contrato**

A Companhia possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura.

Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, a Companhia ainda deve cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo de contrato de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo de contrato passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), a medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa.

Após a entrada em operação, a infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, operação e manutenção e também um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato. Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho.

(a) Reconhecimento e mensuração de receita:

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- **Passo 3:** Determinar o preço da transação.
- **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) **Receita de construção:** a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.

Notas Explicativas*Argo V Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

- (ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo de contrato é de 9,67% ao ano.

Adicionalmente, a modelagem financeira utilizada pela Companhia na mensuração do ativo de contrato de concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Em 31 de dezembro de 2022 o valor dessa contraprestação variável é de R\$ 10.611, representando um acréscimo na receita de remuneração do ativo de contrato da concessão em contrapartida do saldo do ativo de contrato da concessão.

- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, na medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

(b) Reconhecimento e mensuração do Ativo de concessão

Conforme descrito acima o Ativo de concessão é reconhecido em contrapartida da receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão.

Adicionalmente, os contratos de concessão estabelecem que a Companhia deve construir e efetuar a manutenção na infraestrutura de transmissão, sendo que a contraprestação a ser paga pelo Poder Concedente por esse serviço de construção e melhoria será recebida pela Companhia ao longo do contrato de concessão. Como o contrato de concessão detidos pela Companhia têm prazo de 30 anos (conforme descrito nas notas explicativas 1.1), a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo no contrato de concessão.

O montante do Ativo de concessão é mensurado com base em uma modelagem financeira que desconta a valor presente os fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, com base em uma taxa de juros que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos. Essa taxa considera os riscos e prêmios específicos do contrato de concessão.

A receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão e a receita de remuneração do ativo de contrato da concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social -

Notas Explicativas*Argo V Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” e também o diferimento do imposto de renda e contribuição social no passivo não circulante.

3.9 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)**a. *Ativos financeiros e ativos de contrato***

Um ativo financeiro e ativo de contrato não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro e/ou ativo de concessão é reconhecida pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b. *Ativos não financeiros*

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

3.10 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a “performance” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3.11 Normas e interpretações novas e revisadas**Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2022**

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.

Notas Explicativas

Argo V Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 15 (R1)/ IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações ao CPC 27/ IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
Alterações ao CPC 25/ IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Alterações ao CPC 37 (R1)/ IFRS 1, CPC 48/ IFRS 9, CPC 06 (R2)/ IFRS 16 e CPC 29/ IAS 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	01/01/2022

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021 (reclassificado)
Caixa e depósitos bancários	8.195	3.981
Total	8.195	3.981

Notas Explicativas

Argo V Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

5 Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reclassificado)
Titulos valores mobiliários (*)	12.637	16.962
Total	<u>12.637</u>	<u>16.962</u>

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 80% do CDI em 31 de dezembro de 2022. A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras. A Companhia em 2022 efetuou uma reclassificação dos saldos de aplicação financeira para a conta de Títulos e Valores Mobiliários, por entender que melhor representa a intenção da administração na utilização desses recursos.

6 Fundos Vinculados – Caixa Restrito

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Conta Reserva(**)	23.079	19.595
Total	<u>23.079</u>	<u>19.595</u>

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures.

7 Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Concessionárias e Permissionárias (*)	9.467	7.847
Total	<u>9.467</u>	<u>7.847</u>

(*) A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

8 Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Seguros a apropriar (*)	482	310
Total	<u>482</u>	<u>310</u>

(*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela Companhia conforme descrito na nota explicativa nº 25.

9 Ativo de concessão

Saldo Acumulados:	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
-------------------	-------------------	-------------------

Notas Explicativas**Argo V Transmissão de Energia S.A.****Demonstrações Financeiras***Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

Receita de construção	610.018	588.105
Remuneração do ativo de concessão	470.728	439.926
Recebimentos	(280.307)	(272.385)
Receita de operação e manutenção	36.754	35.866
Total	837.193	791.512
Circulante	95.424	23.024
Não circulante	741.769	768.488

Margens de Obrigações de Performance**Margem de Construção****31/12/2022**

Receita	22.036
Custos	(19.820)
Margem (R\$)	2.216
Margem Percebida (%)	10%

Margem de O&M**31/12/2022****31/12/2021**

Receita	9.871	9.337
Custos	(6.337)	(4.365)
Margem (R\$)	3.534	4.972
Margem Percebida (%)	36%	53%

A movimentação do saldo de ativo da concessão é como segue:

Saldo em 31/12/2020	767.853
Remuneração do ativo de concessão	85.234
Receita de Operação e Manutenção	9.337
Recebimento / Reclassificação para contas a receber	(70.912)
Saldo em 31/12/2021	791.512
Receita de construção (*)	22.036
Remuneração do ativo de concessão	79.165
Variação monetária	10.749
Receita de Operação e Manutenção	9.871
Recebimentos / Reclassificação para contas a receber	(76.140)
Saldo em 31/12/2022	837.193

(*) Refere-se ao reforço relacionado ao projeto EVA sobre a implementação de novos equipamentos das subestações para aumento da capacidade de transmissão de propriedade das transmissoras para atendimento as demandas de geração. Aprovados através das Resoluções Autorizativas ANEEL, com a instalação de novos equipamentos para aumento de capacidade de transmissão, conclusão prevista para 2023, nas Subestações de Juazeiro da Bahia, Ourulândia, Morro do Chapéu II, Gentio de Ouro e Açu.

10 Imposto de renda e contribuição social a compensar

O detalhamento do montante para 31 de dezembro de 2022 e 2021 encontra-se logo abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social	-	1.368
Total	-	1.368

Notas Explicativas

Argo V Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

11 Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores nacionais	124	1.234
Total	<u>124</u>	<u>1.234</u>

12 Imposto de renda e contribuição social a pagar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contribuição social	875	-
Total	<u>875</u>	<u>-</u>

13 Obrigações tributárias

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pis e Cofins	741	659
ICMS - diferencial de alíquota	5	-
ISS de terceiros	1	24
Outros tributos	1	95
Total	<u>748</u>	<u>778</u>

14 Obrigações regulatórias

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para P&D	652	-
Encargos regulatórios a recolher (*)	190	609
Total	<u>842</u>	<u>609</u>

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

15 Financiamentos

Instituição financeira	Saldo final 31/12/2020	Pagamento principal	Pagamento o juros	Juros e variações monetárias	Saldo final 31/12/2021	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Juros e variações monetárias	Saldo final 31/12/2022
BNDES (a)	309.167	(17.723)	(19.750)	19.790	291.484	(17.828)	(21.845)	23.941	275.752
Total	<u>309.167</u>	<u>(17.723)</u>	<u>(19.750)</u>	<u>19.790</u>	<u>291.484</u>	<u>(17.828)</u>	<u>(21.845)</u>	<u>23.941</u>	<u>275.752</u>

Classificados como:

Circulante	19.283	20.233
Não Circulante	272.201	255.519

- a) (a) Em 6 de setembro de 2017, com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implementação do projeto Argo V (antiga denominação Odojá), a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo no valor total de R\$ 310.000. Sobre o financiamento incidirão juros de 1,98% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e

Notas Explicativas

Argo V Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

sucessivas. A amortização dos subcréditos “A” e “E” se iniciaram em 15 de setembro de 2017, e sua liquidação é prevista até 15 de agosto de 2031. A amortização dos subcréditos “F” e “B” se iniciaram em 15 de fevereiro de 2019, e sua liquidação é prevista até 15 de janeiro de 2033. A amortização dos subcréditos “C”, “G” e “I” se iniciaram em 15 de abril de 2019, e sua liquidação é prevista até 15 de março de 2033. E, a amortização dos subcréditos “D” e “H” se iniciaram em 15 de agosto de 2018, e sua liquidação é prevista até 15 de julho de 2032.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2022, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2022</u>
2024	20.900
2025	22.576
2026 em Diante	212.043
Total	<u>255.519</u>

Garantias

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo V;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de abril de 2019 preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

Argo V

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

16 Debêntures

Saldo em 31/12/2020	Pagamento principal	Pagamento juros	Juros	Saldo em 31/12/2021	Pagamento principal	Pagamento Juros	Juros	Saldo final 31/12/2022
------------------------	------------------------	--------------------	-------	------------------------	------------------------	--------------------	-------	---------------------------

Notas Explicativas**Argo V Transmissão de Energia S.A.****Demonstrações Financeiras**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Emissão	83.887	(5.651)	(3.199)	14.116	89.153	(6.011)	(5.942)	10.818	88.018
Total	83.887	(5.651)	(3.199)	14.116	89.153	(6.011)	(5.942)	10.818	88.018
Classificação:									
Circulante					7.519				9.861
Não circulante					81.634				78.157

- (a) Com o objetivo de financiar investimentos ligados à implantação do projeto da Argo V (antigas denominações Odoyá), e de forma complementar ao BNDES, a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures em 15/11/2017, sendo estas debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. As garantias reais foram outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos dos contratos de garantia de pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor do BNDES e dos debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais).

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2022, os vencimentos das parcelas a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2022</u>
2025	12.577
2026	14.492
2027 em Diante	49.310
Total	<u>76.379</u>

Garantias

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das Ações de Emissão;
- Cessão Fiduciária de Recebíveis e Direitos Emergentes do Contrato de Concessão; e
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída, preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros como cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

Notas Explicativas*Argo V Transmissão de Energia S.A.**Demonstrações Financeiras**Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

O Grupo realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas nos contratos de debêntures.

17 PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12). A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2020	71.026
Constituição	2.189
Saldos em 31 de dezembro de 2021	73.215
Constituição	5.232
Amortização	(1.006)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	77.441
Classificado como:	
Circulante	8.827
Não circulante	68.614

18 Patrimônio líquido

Através do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022, ficou consignado a aprovação de pedido de anuência prévia de transferência de controle societário do Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia para Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A., pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Com isso, em 30 de novembro de 2022, ocorreu a efetiva transferência de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social (“Ações da Requerente”) do Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia para Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A., conforme livro de transferência de ações arquivados na Companhia.

Em 07 de novembro de 2022, foi aprovado a aumento de capital da Companhia mediante reversão de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 25.784. Com isso, em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 251.284.711,00 (duzentos e cinquenta e um milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e onze reais), dividido em 251.284.711 (duzentas e cinquenta e um milhões, duzentos e oitenta e oito mil, setecentas e onze) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

Notas Explicativas

Argo V Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

A composição do capital social subscrito da companhia é como se segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
Acionistas	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participação Multiestratégica	-	-	225.501	100
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A.	251.285	100	-	-
Total	251.285	100	225.501	100

Reservas de lucros**(a) Reserva legal**

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou R\$ 2.551 para constituição da reserva legal.

(b) Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou R\$ 28.666 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido da Companhia, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou o valor de R\$ 16.922 referente a Juros Sobre Capital Próprio - JSCP. O JSCP é imputável nos dividendos mínimos e por isso não foi destinado dividendos mínimos em 2022.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	51.011	41.691
Reserva legal - (5%)	(2.551)	(2.085)
Reserva de Incentivo Fiscal	(2.872)	(1.439)
Lucro líquido ajustado	45.588	38.167
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	-	9.542
Reservas de lucros	(28.666)	-
JSCP	(16.922)	(8.864)
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar (*)	-	(678)
Total	-	38.167

Notas Explicativas**Argo V Transmissão de Energia S.A.****Demonstrações Financeiras**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Dividendo por ação ordinária	0,22	0,18
------------------------------	-------------	-------------

(*) Valor provisionado no exercício de 2021 de juros sobre capital próprio é inferior aos dividendos mínimos obrigatórios devidos no exercício, sendo assim foi realizada a provisão do complemento relacionado aos dividendos mínimos obrigatórios. Para 2022, como o valor de JSCP foi superior aos dividendos mínimos, não houve destinação adicional de dividendos.

19 Provisões para riscos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, regulatória, ambiental e trabalhista cujo prognóstico de perda seja provável.

A Companhia é parte em processos judiciais com prognóstico de perda possível no montante de R\$ 10.336, sendo esse valor composto por: (i) R\$ 1.702 referente a recurso visando a anulação dos despachos nº 1.707/2018 e 1.935/2019, mantendo a incidência de 90% da RAP (Receita Anual Permitida); (ii) R\$ 140 referente a falta de cobrança do ICMS em razão da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de bens de outras unidades da Federação; e (iii) R\$ 8.494 referente a multa por atraso na entrada em operação comercial da Linha de Transmissão.

20 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de Construção	22.036	-
Receita de remuneração do ativo de concessão	79.165	85.234
Variação monetária	10.749	-
Receita de operação e manutenção	9.871	9.337
Outras receitas	15.019	12.338
Receita bruta	136.739	106.909
(-) PIS e COFINS sobre ativo de concessão	(4.225)	(9.889)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(8.423)	-
(-) Encargos regulatórios	(1.103)	(1.028)
Receita líquida	122.988	95.992

21 Custos e despesas por natureza

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	(28.139)	(3.331)
Materiais	(70)	(159)
Pessoal	(177)	-
Arrendamentos e alugueis	(30)	-
Tributos	(6)	-
Depreciação e amortização	-	-
Outros	(388)	(702)
Total	(28.810)	(8.557)
Valores alocados a:		
Custos de operação e manutenção	(6.337)	(6.583)
Custos dos bens construídos e serviços prestados	(19.820)	-
Despesas gerais e administrativas	(2.652)	(1.974)

Notas Explicativas

Argo V Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

22 Resultado financeiro

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras:		
Receitas de títulos e valores mobiliários	4.516	1.167
Outras receitas financeiras	28	99
Total	<u>4.544</u>	<u>1.266</u>
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(9)	(26)
Juros e variações monetárias	(34.759)	(33.906)
Outras despesas financeiras	(684)	(495)
Total	<u>(35.452)</u>	<u>(34.427)</u>
Resultado financeiro líquido	(30.908)	(33.161)

23 Imposto de renda e contribuição social**a. Reconciliação da alíquota efetiva**

A reconciliação da despesa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL apresentada no resultado de 2022 é como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	63.270	54.274
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	(21.512)	(18.453)
Outras adições e exclusões permanentes	628	4.431
Benefício fiscal	2.872	1.439
Juros de Capital Próprio	5.752	-
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(11.386)	(12.215)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(874)	(368)
Alíquota efetiva	19%	23%

b. Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Ativo (a)</u>	<u>Passivo (b)</u>	<u>Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro 2020	5.674	(57.485)	(51.811)
Constituição de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	-	(158)	(158)
Contratos de concessão (b)	888	(12.945)	(12.057)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.562	(70.588)	(64.026)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	(1.421)	-	-
Contratos de concessão (b)	-	(9.965)	(11.386)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>5.141</u>	<u>(80.553)</u>	<u>75.412</u>

Notas Explicativas**Argo V Transmissão de Energia S.A.****Demonstrações Financeiras**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão.

(b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de contrato (CPC 47) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

24 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	51.010	41.691
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	236.626	225.501
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	<u>0,2156</u>	<u>0,1849</u>

25 Seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade	Importância Segurada
Seguros - Riscos operacionais	450.000
Total	<u>450.000</u>

26 Partes Relacionadas

O saldo do passivo com partes relacionadas no montante de R\$ 405 representa despesas incorridas a serem reembolsadas pelas empresas do grupo.

27 Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$7.161 e R\$7.046, respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é paga pela Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.659	3.556
Encargos sociais	943	1.518

Notas Explicativas

Argo V Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Bônus	2.559	1.972
Total	<u>7.161</u>	<u>7.046</u>

28 Instrumentos financeiros

			Valor Justo		Valor Contábil	
	Nota	Hierarquia	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	5	2	12.637	16.962	12.637	16.962
Total			12.637	16.962	12.637	16.962
Custo amortizado:						
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	8.195	3.981	8.195	3.981
Contas a receber de clientes	7	2	9.467	7.847	9.467	7.847
Fundos vinculados – caixa restrito	5	2	23.079	19.595	23.079	19.595
Total Ativo			40.741	31.423	40.741	31.423
Passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores	11	2	124	1.234	124	1.234
Contas a pagar - partes relacionadas	26	2	405	-	405	-
Empréstimos e Financiamentos	15	2	275.752	291.484	275.752	291.484
Debêntures	16	2	88.102	91.968	88.018	89.153
Outros passivos			2.318	227	2.318	227
Total Passivo			366.701	384.913	366.617	382.098

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Notas Explicativas

Argo V Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

- Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.
- Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 31 de dezembro de 2022.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2022, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$9.467 (R\$7.847 em 31 de dezembro de 2021).

Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Notas Explicativas**Argo V Transmissão de Energia S.A.****Demonstrações Financeiras***Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2022, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	124	-	-	-
Financiamentos	20.233	20.900	22.576	212.043
Debêntures	9.861	11.640	12.577	63.802
Total	30.218	32.540	35.153	275.845

Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2022, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 13,65% ao ano, para o IPCA, é de 4,39% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2022 é de 7,20% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

Argo V Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Instrumentos financeiros	Risco	Nota	Total	Cenário		
				I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	4	8.195	1.119	839	559
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	5	12.637	1.725	1.294	862
Fundos restritos	Redução do CDI	5.2	23.079	3.150	2.363	1.575
Total			<u>43.911</u>	<u>5.994</u>	<u>4.496</u>	<u>2.996</u>
Financiamentos	Aumento da TJLP	15	275.752	19.854	14.891	9.927
Debêntures	Aumento do IPCA	16	88.018	3.864	2.898	1.932
Total			<u>363.770</u>	<u>23.718</u>	<u>17.789</u>	<u>11.859</u>

29 Transações que não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2022
Aumento de capital com reversão de JSCP	<u>25.784</u>
Total	<u>25.784</u>

* * *

Paulo Heli Alves Ferreira
Diretor de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 – Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911 - São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Argo V Transmissão de Energia S.A.
(anteriormente denominada Odojá Transmissora de Energia S.A.)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Argo V Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Argo V Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 28 de março de 2022, sem modificação.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração da contraprestação variável aplicável ao preço dos contratos de concessão

Veja a nota explicativa 3.8 (a) (ii) das demonstrações financeiras

Assunto

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 apresenta saldo de ativo de concessão no montante de R\$ 837.193 mil, reconhecido em contrapartida da receita de construção da infraestrutura de transmissão e da receita de remuneração do ativo de contrato da concessão.

A modelagem financeira utilizada pela Companhia na mensuração do ativo de concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Durante o exercício de 2022 o valor dessa contraprestação variável reconhecida foi de R\$ 10.611 mil, representando um acréscimo na receita de remuneração do ativo de contrato da concessão em contrapartida do saldo do ativo de contrato da concessão.

Devido à relevância do valor da contraprestação variável aplicável ao preço dos contratos de concessão e ao grau de julgamento para a determinar se é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer, a mensuração da contraprestação variável foi considerada significativa para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

(i) Revisão dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração da contraprestação variável, incluindo avaliação sobre a

adequação da modelagem financeira adotada e precisão matemática do cálculo;

(ii) Comparação do IPCA mensal utilizado pela Companhia no cálculo da contraprestação variável com os dados de inflação oficiais realizados;

(iii) Análise do IPCA utilizado na projeção preparada pela Companhia para determinar se é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer; e

(iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração da contraprestação variável aplicável ao preço do contrato de concessão, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as

demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principais assuntos de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Samuel Viero Ricken
CRC SC-030412/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as informações das demonstrações financeiras padronizadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e respectivos documentos complementares.

São Paulo, 01 de março de 2023.

José Aloíse Ragone Filho

Diretor Presidente

Paulo Heli Alves Ferreira

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre José Marqueti Fontes

Diretor de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com o a opinião dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e respectivos documentos complementares.

São Paulo, 01 de março de 2023.

José Aloíse Ragone Filho

Diretor Presidente

Paulo Heli Alves Ferreira

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre José Marqueti Fontes

Diretor de Operações